

Malabarismo para salvar o negócio

Lojistas apelam aos vizinhos para ficar entre residências no Lago Sul

GUILHERME QUEIROZ

Sem esperança de ter os alvarás de funcionamento renovados, comerciantes e profissionais liberais do Lago Sul começam a tomar as primeiras providências para preservar o negócio. Vender o empreendimento ou entrar na Justiça. A Administração local mantém firme a decisão de não renovar a licença, mas admite a possibilidade de emitir permissões a título provisório até que se mudem do bairro.

Segundo a administradora do Lago Sul, Natanry Osório, a existência da Lei 3.038/02 (*ver quadro*) não é necessária porque há outra maior. "Prevalece o plano de zoneamento, que diz que o bairro é eminentemente residencial", afirma. Para ela, a presença de comércio entre residências, além de descaracterizar o plano original, esvazia a procura pelo co-

mércio local. Até que a questão seja analisada pela Procuradoria do DF, alvarás provisórios podem ser emitidos com tempo "razoável" de adaptação à lei. "Apenas com a permissão de todos os moradores da rua, com assinaturas atualizadas", ressalta Natanry.

O médico Hilton Medeiros, da Clínica Oftalmológica João Eugênio, não admite nenhuma das possibilidades. Com o alvará vencendo em outubro, entrou com pedido preventivo por outra permissão. O alvará foi negado há uma semana. "A lei proíbe comércio; prestamos serviços", critica. Para não ser removido, promete entrar com mandado de segurança na Justiça. A administradora aguarda parecer da Procuradoria quanto à situação de profissionais liberais considerados prestadores de serviços. "Valem as regras do zoneamento", adianta.